

**POLÍTICAS E
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO:**

**SABERES,
TEMPOS E
LUGARES**

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP
Prof. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC
Prof. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp
Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unesco/Unicamp
Prof. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas
Prof. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp
Prof. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS
Prof. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS
Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR
Prof. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Prof. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada
Prof. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho
Prof. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján
Prof. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata
Prof. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Diane Valdez
Lúcia Maria de Assis
(organizadoras)

**POLÍTICAS E
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO:**

**SABERES,
TEMPOS E
LUGARES**

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Políticas e história da educação : saberes, tempos e lugares
/ Diane Valdez, Lúcia Maria de Assis (organizadoras).
– Campinas, SP : Mercado de Letras, 2016. – (Série As
Dimensões da Formação Humana)

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-409-0

1. Educação – História 2. Educação superior 3. Ensino superior
4. Política educacional 5. Política e educação I. Valdez, Diane.
II. Assis, Lúcia Maria de. III. Série.

16-07959

CDD-378.155

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino superior : Políticas educacionais 378.155
2. Políticas de ensino superior : Educação 378.155

capa e gerência editorial : Vande Rotta Gomide
preparação os originais: Editora Mercado de Letras

AS DIMENSÕES DA FORMAÇÃO HUMANA
coordenação

Wanderson Ferreira Alves – Universidade Federal de Goiás
Sandra Valéria Limonta Rosa – Universidade Federal de Goiás

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

2ª edição

2 0 1 6

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

Prefácio	
POLÍTICAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: SABERES, TEMPOS E LUGARES.....	7
<i>Mirza Seabra Toschi</i>	
APRESENTAÇÃO.....	13
PARTE I – ESTADO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS	
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM PROGRAMA DE PESQUISA A PARTIR DE SOBRE O ESTADO, DE PIERRE BOURDIEU	23
<i>Afranio Mendes Catani, Ana Paula Hey e Mario Luiz Neves de Azevedo</i>	
EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA: REGULARIDADES E PERSPECTIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS	39
<i>Deise Mancebo</i>	
RESPONSABILIZAÇÃO PELO CONTROLE DE RESULTADOS: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO NO CAMPO DA GESTÃO EDUCACIONAL	57
<i>Allan Solano Souza e Antônio Cabral Neto</i>	

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E TRABALHO DOCENTE: LIMITES, POSSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES	89
<i>Lúcia Maria de Assis</i>	

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD PÚBLICA NO BRASIL: LIMITES E POTENCIALIDADES DO PROCESSO	111
<i>Daniela da Costa Britto Pereira Lima e</i>	
<i>João Ferreira de Oliveira</i>	

PARTE II – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

“CIUDADANOS INESPERADOS” EL PROCESO DE ARGENTINIZACIÓN DE NIÑOS HIJOS DE BRASILEÑOS EN MISIONES	137
<i>Diane Valdez, Myriam Southwell e Natalia N. Vrubel</i>	

HISTÓRIA CURRICULAR DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO DO SUL DE MATO GROSSO (1939 A 1970)	167
<i>Eurize Caldas Pessanha e Fabiany de C. Tavares Silva</i>	

OS PROGRAMAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL: DO CAMPO ÀS CIDADES (ANOS DE 1950 A 1970)	185
<i>Sauloéber Tárσιο de Souza e Letícia Borges de Oliveira</i>	

OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: OS INSPETORES DE ENSINO E OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO NORTE DE GOIÁS	211
<i>Benvinda Barros Dourado e Regina Célia Padovan</i>	

ESCOLA PRIMÁRIA E POLÍTICA REPUBLICANA EM GOIÁS (1891-1959)	239
<i>Miriam Fábيا Alves e Rubia-Mar Nunes Pinto</i>	

SOBRE OS AUTORES	267
------------------------	-----

Prefácio

POLÍTICAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: SABERES, TEMPOS E LUGARES

O convite para prefaciar esse livro veio de surpresa e causou alegrias e tristezas. Alegria por ver concretizada a capacidade produtiva dos professores universitários, que pesquisam, escrevem e realizam tantas tarefas simultaneamente. Prazer de ver como a Lúcia Assis e Diane Valdez articularam as diferentes temáticas, saberes, tempos e lugares num livro que, certamente, trará contribuições significativas aos debates acerca das políticas e da história da educação em Goiás.

Os temas são diversos e, à primeira vista, parece não ter relação entre si. No entanto, ao se verificar o teor das análises neles compreendidas, constata-se que há um eixo articulador entre eles. Esse eixo é que gerou o desprazer e a tristeza ao ver que desde sempre a educação é luta contra hegemônica, gera conflito de interesses econômicos, sociais e religiosos e passa, continuamente, por momentos de avanços e de retrocessos. Os tempos de avanços parecem ser mais curtos do que os dos retrocessos. No entanto, a capacidade humana consegue reverter tendências, recompor ideias perdidas, recuperar valores e expectativas, enfim, os seres humanos, em especial, os jovens, conseguem ter a esperança de dias melhores e acreditar que é possível avançar apesar das circunstâncias.

Os textos da Parte II do livro, *História da Educação*, remontam ao século 19 e 20 e mostram que muita luta já foi empreendida para estarmos onde ainda estamos. Digo ainda, pois se as necessidades de lutas não fossem tão constantes e duras, teríamos avançado mais, teríamos mais igualdade educacional e melhor qualidade nas ações que diuturnamente se realizam. Essa parte histórica demonstra que homens e mulheres tomaram partido e agiram a partir daquilo em que acreditavam. No dizer de Bourdieu, essas lutas construíram o estado brasileiro que temos.

Os textos da Parte I da obra, *Estado e Políticas Educacionais*, são contemporâneos e mostram desde a obra póstuma de Pierre Bourdieu, *Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-92)*, no qual os autores do texto analisam os cursos que Bourdieu ministrou sobre o Estado, até a tentativa de compreensão da educação superior no país, nas suas dimensões de público x privado, gestão educacional, avaliação desse nível de ensino e suas repercussões no trabalho docente e, ainda, sobre a educação superior a distância.

Esse intrincado ajuste dos textos é resultado do trabalho laborioso de Lúcia Assis e Diane Valdez. Lúcia Maria de Assis trabalha com política educacional. Foi diretora da Anpae, seção Goiás, e, em sua tese de doutorado, estudou as tensões, mediações e impactos da avaliação institucional na prática do docente em cursos superiores. Diane Valdez é da área de História e pesquisa sobre História da Educação, História Regional, ensino de história com produção de vários livros de história regional e livros literários para crianças. As organizadoras formaram uma dupla interessante, e que soube fazer interações ricas, inovadoras e das quais o leitor irá se beneficiar.

Esse livro está sendo apresentado ao público, dezembro de 2015, início de 2016, em momento de grave crise política no país e no estado de Goiás. De um lado, uma imprensa mais geradora de desentendimentos do que de esclarecimento; de decisões políticas mais fisiológicas do que de melhoria da vida das pessoas. De outro lado, temos jovens que ainda têm esperança e ocupam escolas públicas estaduais em São Paulo e em Goiás, uns contrários ao fechamento de escolas e outros contra a terceirização, ou seja, a

passagem da gestão pública das escolas para Organizações Sociais (OS), empresas privadas criadas para esse fim. A comunicação via redes sociais tem possibilitado que estudantes de São Paulo apoiem e orientem os alunos goianos. Professores da educação básica e de nível superior se unem aos estudantes, apoiando seu pleito, pois não foram ouvidos e nem se pode refletir sobre essa definição política que afetará a vida das escolas. Mais uma vez na história, os professores fizeram o lugar do 'morto', ou seja, daquele que nunca é consultado e é requerido apenas quando o jogo fica difícil. Os professores sabem que as OS são liberadas para contratar professores sem concurso e isso deixa ainda mais frágil a carreira da docência, que já não tem atraído jovens para ela. Faculdades e universidades têm vagas ociosas em cursos de licenciatura e isso pode se acentuar. A gestão interferindo na vida das escolas, na carreira e no trabalho docente.

Em textos da Parte II, de história da educação, pode-se ler como foram as lutas para maior investimento em educação, compras de livros didáticos, materiais escolares, melhor remuneração aos docentes, num processo que já dura mais de cem anos. Saberes, tempos e lugares são termos que abarcam dinâmicos espaços e conhecimentos. Os saberes não estão prontos, os tempos são vários e os lugares mudam. As práticas coronelísticas de antes são hoje midiáticas, mas mantêm-se os mesmos princípios do conservadorismo político: a) utilização da máquina estatal para se garantir no poder; b) mudanças de grupos políticos, mas não de suas práticas (Alves e Pinto); c) fraudes; d) relação religião e Estado.

Os livros didáticos concorrem com a Internet e os celulares, numa disputa desigual e incompreendida pelos docentes e pais de alunos. A complexidade da educação e do ensino escolar é acentuada. O saber escolar está pulverizado, há um novo ecossistema educativo e o conhecimento e a informação estão igualmente distribuídos para acesso de todos, bastando ter conexão, e um equipamento fixo ou móvel. Outros livros surgem, os e-books, e a comunicação se faz mediada por dispositivos eletrônicos. Mas o formato da escola continua o mesmo, embora haja muitas mudanças nela e no seu ritmo e em frequentadores dela. A escola está mais democrática.

As organizadoras do livro, Assis e Valdez, também apresentam resultados dos seus estudos. Assis mostra que as avaliações institucionais ampliaram a regulação do trabalho docente, sobretudo nas IES privadas, e não provocaram as mudanças esperadas na gestão institucional e nas práticas pedagógicas dos professores, no sentido de melhorar a qualidade dos cursos e das IES. Mais uma vez mostra que a avaliação, que pode ser interessante instrumento de gestão, para corrigir rumos, direcionamentos, melhorar os cursos, tem atendido mais a processos meritocráticos e classificatórios, fazendo com que se percam as conquistas da teoria da avaliação já produzida pelos pesquisadores. O trabalho de Valdez, por sua vez, feito em parceria com pesquisadores de universidades argentinas, mostra a educação escolar de imigrantes brasileiros em Misiones na Argentina, em meados do século XIX, a partir da análise de um Álbum Escolar organizado para comemorar o centenário do país. A escola pública era vista como importante espaço de inclusão social de crianças nativas, como dos filhos de imigrantes e era também elemento constitutivo da identidade cultural da Argentina moderna. As contradições dessa política eram identificadas não apenas na ausência da cultura nacional, mas igualmente nas diferenças de costumes, no furto de materiais nas aulas, no uso de armas brancas, rixa entre os alunos, as dificuldades na disciplina. Havia ainda as mudanças climáticas (chuvas, inundações), ausência de estradas e pontes, epidemias e a própria condição de imigrante que dificultava a permanência em um lugar, como também a resistência das famílias em enviar as filhas para estudar.

Ou seja, tempos distantes, lugares diferentes e as mesmas dificuldades humanas – o não reconhecimento de direitos, a desigualdade de educação escolar para as mulheres, a indisciplina motivada por fatores internos e externos à escola, o não reconhecimento do trabalho docente, as relações de poder, o sentido do conhecimento escolar. Avançamos sim em muitos aspectos, mas há mais conquistas a efetuar.

Os desafios são grandes, mas as possibilidades de mudar esse quadro se manifestam na concretude dos estudantes ocupando escolas para não serem fechadas, de jovens enfrentando secretários

e subsecretários de educação para não terem os serviços escolares terceirizados, em especial na gestão das escolas.

O país tem nessa legislatura (2015-2018) um conjunto expressivo de deputados e senadores conservadores, que estão, até mesmo, derrubando cláusulas pétreas da Constituição Federal de 1988, como a redução da maioria penal. A bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia) do Congresso Nacional, financiada e defensora, respectivamente, dos ruralistas, da indústria armamentista e dos fundamentalistas cristãos, tem atuado, de forma articulada, para obter vantagens pessoais e dos seus financiadores. São mais de trezentos deputados e senadores e, pelo estilo de ação e número significativo, têm conseguido vitórias que estão provocando retrocesso em relação às conquistas que já tivemos.

Não temos mais informações de ação desse grupo em assuntos relativos à educação, mas impediram, em nível estadual e municipal, que questões da diversidade fossem mantidas na versão do Plano Estadual e Plano Municipal de Educação.

Esse livro, *Políticas e História da Educação: saberes, tempos e lugares*, organizado pela Lúcia Maria de Assis e Diane Valdez, conseguiu esse feito de provocar tantas reflexões ao trazer temas tão diversos.

A leitura dele dará ao leitor a compreensão do que é e do que já foi a educação brasileira, provocando relações e *links* com a vida concreta de cada um, permitindo idas e vindas no tempo e no espaço. Oxalá consiga também provocar no leitor, o inconformismo e a vontade de agir politicamente para mudar o quadro das coisas em educação. A volição, a vontade e o desejo de mudar a vida social é que provocou tantas histórias e boas vitórias aos que arregaçaram as mangas e acreditaram e tiveram esperança de dias melhores.

Mirza Seabra Toschi
dezembro de 2015

APRESENTAÇÃO

O presente livro, intitulado *Políticas e História da Educação: saberes, tempos e lugares*, reúne textos de professores pesquisadores das áreas de Estado e Políticas e de História da Educação. Guardando as particularidades dos tempos e dos lugares, a obra exhibe escritos que, a despeito da distinção de objetos, temas e abordagens, se encontram nas práticas educativas, pois são práticas que fazem parte do mundo dinâmico do ensino e do conhecimento em diferentes modalidades de ensino no passado e no presente.

A obra traz, na primeira parte, estudos que abordam as repercussões das ações do Estado na formulação e implementação de políticas sociais, particularmente das políticas educacionais, nos quais se examinam as políticas e a gestão da educação básica e superior das últimas décadas no Brasil, com ênfase na avaliação, na educação superior a distância e nas transformações do trabalho docente e intelectual no magistério superior. Considerando o campo da História da Educação, traz, na segunda parte, objetos de estudos como a trajetória das instituições escolares, a memória e as representações sociais ligadas a essas instituições. Analisa-se em tempos e lugares distintos, espaços, objetos e práticas, como a leitura como elemento civilizatório, os programas nacionais de educação de jovens e adultos no Brasil, a escola primária e secundária, profissionais da educação, história curricular e instituições de ensino.

O tempo presente nos desafia à reflexão e à crítica propositiva no campo das políticas sociais e, em especial, das políticas educacionais. Avanços importantes como a aprovação da Lei 13.005 de junho de 2014, o PNE 2014-2024, trazem perspectivas de transformações no campo da Educação, ao tempo em que impõe a todos nós uma forte mobilização social para monitorar e garantir a materialização das metas e estratégias do Plano. Neste sentido, a área de Estado e Políticas Educacionais da FE/UFG abraça o desafio de organizar uma obra que apresente um conjunto de temas relacionados capazes de contribuir para uma melhor sistematização do debate e da participação efetiva na construção das políticas públicas educacionais nos âmbitos municipais, estaduais e federal, tendo em vista, sobretudo, o atual momento político de implementação de várias metas e estratégias do novo PNE.

O texto que abre este debate foi escrito por Catani, Hey e Azevedo intitulado *Políticas de Educação Superior no Brasil: um programa de pesquisa a partir de 'Sobre o Estado', de Pierre Bourdieu*, no qual os autores apresentam uma breve síntese dos aspectos essenciais dos cursos ministrados por Pierre Bourdieu nos anos 1989, 1990, 1991 e 1992, em que ele se dedicou a abordar o Estado, no Collège de France. A exposição baseia-se no livro póstumo do autor, organizado por Patrick Champagne, Remi Lenoir, Franck Poupeau e Marie-Christine Rivière, denominado *Sur L'Etat: Cours au Collège de France (1989-1992)*. Os autores também se reportam ao prefácio da edição brasileira que Sérgio Miceli escreveu para "Materialismo do Simbólico", no qual se baseia a leitura sobre o Estado. Para Miceli Bourdieu sustenta a tese da constituição progressiva de um conjunto de campos jurídico, administrativo, intelectual, parlamentar – sendo cada um deles espaço de lutas específicas. Assim, concluem os autores, pensar o Estado construído por meio de lutas de forças, envolvendo uma multiplicidade de espaços sociais, e, dentre eles, a própria constituição do sistema de educação superior, aparece como desafio a ser enfrentado.

Ainda refletindo sobre o papel do Estado na constituição das políticas públicas educacionais, o texto intitulado *Educação Superior na América Latina: regularidades e perspectivas contra-*

hegemônicas, de Mancebo, apresenta uma análise da educação superior partindo da leitura da conjuntura política e social na América Latina, influenciada fortemente pelo ideário econômico do neoliberalismo. Mostra que a tendência das IES tem sido servir aos interesses do capital, facilitando as condições gerais do funcionamento do sistema, bem como a sua manutenção e que apesar dos avanços alcançados na última década, ainda há muito a se fazer no sentido de incluir a população pobre, pois a desigualdade educativa, em especial o acesso e permanência, continua como conquista pendente. A autora constata que a maior parte da expansão da educação superior vem ocorrendo nas IES privadas regidas pela lógica do mercado e um forte espírito empresarial. A autora conclui que a teoria marxista e seus fundamentos poderão contribuir no sentido de ajustar este caminho, porque longe de serem abstratos e dogmáticos, devem consistir num exercício ativo para transformar o mundo e as sociedades latinas.

O trabalho de Souza e Cabral Neto intitulado *Responsabilização pelo controle de resultados: elementos para uma reflexão no campo da gestão educacional*, apresenta uma reflexão sobre a política de responsabilização dos sujeitos que atuam nas instituições educativas ao tempo em que isenta o aparato estatal de qualquer responsabilidade sobre os resultados obtidos pelas escolas nos exames nacionais em larga escala. Apresentam o contexto e a concepção de responsabilização no âmbito da nova gestão pública; delineiam a responsabilização pelo controle dos resultados e identificam a influência desta modernização na experiência em curso no município de Mossoró/RN. Os autores concluem que a aplicação da Lei de Responsabilidade Educacional (LRE), conduziu a um excessivo controle das práticas pedagógicas e da gestão escolar mediante uma variedade de indicadores quantitativos e aplicação de sanções disciplinares que tendem a dificultar os avanços dos processos democráticos da gestão educacional. Outro efeito desta Lei é o estímulo à competição, ameaçando a construção de relações de colaboração e solidariedade entre os gestores. Uma importante contribuição deste estudo é apresentar os equívocos que uma lei como esta poderá representar no cenário nacional, caso seja promulgada conforme prevê a estratégia 20:11 do PNE.

O estudo de Assis intitulado *Avaliação Institucional e trabalho docente: limites, possibilidades e contradições* apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo identificar e analisar como e em que medida as políticas de avaliação institucional das Instituições de Educação Superior vêm repercutindo no trabalho dos professores. A autora conta que não há uma relação positiva entre a AI e a melhoria da qualidade dos cursos e das instituições avaliadas, uma vez que ela apresenta mais características de regulação das IES pelo sistema educacional do que indutora de mudanças na gestão e nas práticas educativas dos professores. Muitos trabalhos analisados mostram que tais políticas vêm contribuindo para sobrecarregar os professores, sobretudo no que se refere ao aumento das exigências de participação dos docentes nas diversas instâncias da gestão institucional, no aumento da produtividade e da carga horária em sala de aula, além de atribuir maior responsabilidade aos docentes pelos resultados obtidos pelos estudantes no Enade. A autora conclui que a AI vem sendo conduzida para atender aos aspectos burocráticos, meritocráticos e classificatórios da avaliação, para o qual se empreendem grandes esforços na sua condução e não se colhem os bons frutos que ela poderia oferecer à comunidade acadêmica.

O estudo de Pereira Lima e Oliveira, intitulado *Institucionalização da EaD pública no Brasil: limites e potencialidades do processo*, apresenta uma análise acerca da trajetória das políticas públicas de Educação a Distância (EaD) sob a ótica do seu processo de institucionalização, bem como os limites e potencialidades deste processo. Os autores constatam que ao longo da trajetória histórica da EaD legislou-se por meio de um variado arcabouço legal, com visível falta de coordenação entre eles, culminando em ações pulverizadas, que atendem a necessidades emergenciais, sem uma relação orgânica entre elas e que se traduz na carência de diretrizes para a modalidade. O estudo revela também que nos últimos 15 anos ocorreram uma expressiva expansão da educação superior a distância no Brasil, já correspondendo a 15% das matrículas. Esta expansão é marcada pela privatização e reforçada pelas assimetrias e desigualdades regionais, além de questionamentos sobre a qualidade dos cursos e a alta taxa de desistência dos alunos. Para os autores, a frágil e diversificada institucionalização da EaD no Brasil

consiste em um entrave para o fortalecimento desta modalidade de estudos, como opção real na expansão com qualidade das vagas públicas, nos termos que prevê a Meta 12 do PNE 2014-2024, que é elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 50% e a líquida para 33%.

Os trabalhos ora apresentados nos sinalizam que a educação brasileira encontra-se em um momento fértil no qual se apresentam grandes possibilidades em meio a um grande contingente de desafios. Conciliar os interesses quase sempre antagônicos dos diversos setores da sociedade tem sido tarefa muito complexa para os últimos governos, como por exemplo, aqueles que defendem a liberdade dos mercados e a desregulamentação de regras no campo econômico, acabam entrando em choque com os que defendem maior igualdade de oportunidades, regulada por um governo capaz de limitar os ganhos do mercado de capitais em favor de políticas que promovam uma melhor distribuição de renda e a inclusão social dos mais pobres. Este embate é bem visível no campo educacional no momento em que se discute a aplicação dos recursos públicos na área educacional, sobretudo o debate que fundamentou a definição dos 10% do PIB para a educação em geral, e não apenas para a educação pública. A vitória da primeira opção mostrou a grande força política dos grandes empresários da educação superior privada, que usufruem de uma parte dos recursos públicos no financiamento dos estudantes signatários do Prouni e do Fies. Em meio a este embate ocorreram as eleições de 2014, que promoveram uma mudança no perfil dos parlamentares, ainda mais comprometidos com os interesses dos setores privados representados por grandes empresários, latifundiários e líderes carismáticos de diversos segmentos religiosos, cujos movimentos recentes sinalizam para perdas significativas de direitos trabalhistas historicamente conquistados e ameaçam promover reformas na Constituição Federal consideradas retrógradas como a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. São muitas pautas emergentes que impactam fortemente no campo educacional, sobre as quais a academia precisa se debruçar e se posicionar, resistindo, propondo, influenciando, incomodando, transformando.

No que se refere aos capítulos da área de História da Educação, é perceptível, pelas práticas descritas, que no caminhar

pelo tempo, sobretudo dos séculos XIX e XX, é possível, evidenciar as particularidades, assim como, encontrar proximidades constituídas pelos sistemas educacionais para diferentes modalidades e instituições. A região goiana, no interior ou na capital, ou na extensão que hoje é Tocantins, a despeito das particularidades, se encontra com Mato grosso do Sul em tempos que era Mato Grosso, para depois se aproximar da vizinha Minas Gerais e, mesmo distante geograficamente as práticas da província de Missão, na ponta da Argentina, fronteira com o sul brasileiro. Desta forma, apresentamos textos que nos permitem visualizar formas de educar em espaços escolarizados, espaços estes que são dinâmicos, que se modificam historicamente de acordo com o tempo, com as formas de governar, com as transformações exigidas e com as concepções teóricas do aprender e do ensinar

Em uma parceria latino-americana, docentes de duas universidades argentinas e uma universidade brasileira, discorrem no capítulo intitulado “*Ciudadanos inesperados*” *El proceso de argentinización de niños hijos de brasileños en Misiones*, a respeito das práticas escolares propostas, oficialmente, no início do século XX no interior de uma região da República Argentina que faz fronteira com o Brasil. Assim, Valdez, Southwell e Vrubel, analisam o processo de nacionalização de crianças do ensino primário, filhos de brasileiros imigrantes, no Território Nacional de Missões. A fonte para esta análise é o Álbum Escolar de Misiones (1816-1916), material elaborado pelo poder público em ocasião do centenário da independência argentina. A partir deste documento as autoras evidenciam as práticas escolares em uma zona de fronteira, tendo como referência a região em um período da história da educação argentina de consolidação do sistema educativo público e laico. Destacam ainda o ensino da leitura e da escrita como elemento civilizador para alcançar a homogeneização escolar em especial dos ‘cidadãos inesperados’, ou seja, as crianças de trabalhadores imigrantes brasileiros.

Em um estado brasileiro de fronteira, o currículo escolar é abordado pelas professoras Pessanha e Silva no capítulo *História curricular de uma instituição de Ensino Secundário do Sul de Mato Grosso (1939 a 1970)*. Tomando como referência uma instituição de ensino secundário criada no final da década de 1930 no sul de

Mato Grosso, refletem sobre as condições teóricas e metodológicas na utilização da cultura material no processo de escrita da história curricular da instituição vinculada aos projetos de escolarização e modernização de Campo Grande, uma cidade estratégica na região sul de Mato Grosso. Trata-se do primeiro ginásio público da cidade que, ao meio das contradições, configurou-se como uma “escola exemplar”. A história da instituição explicita a formação de cidadãos, expressando projetos de modernização e escolarização de grupos específicos. Assim, a história do currículo de uma instituição possibilita apreender mudanças e correlações dos materiais com as disciplinas escolares na história, destacando um lugar que ensina tanto por meio de sua fisicalidade como também na forma em que articula o currículo-lugar.

A educação de jovens e adultos da vizinha Minas Gerais nos anos cinquenta a setenta do século XX é tema do capítulo *Os Programas Nacionais de Educação de Adultos no Brasil: do campo às cidades (anos de 1950 a 1970)*, escrito por Souza e Oliveira. De acordo com os pesquisadores, historicamente, a imagem dos indivíduos não alfabetizados é depreciada em detrimento do saber acadêmico ou intelectualizado. Os autores contextualizam este ideário associando-o a inferiorização do trabalho manual, fenômeno que motivou a adoção de uma série de políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos em diferentes projetos de governo. Assim, refletem a respeito de programas nacionais no período anunciado como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Dessa forma, os docentes pesquisadores refletem e trazem importantes dados a respeito dessas políticas, analisando o discurso oficial e a imagem reproduzida em torno da figura do homem não alfabetizado no espaço urbano e rural.

Tomando como objeto o ensino elementar com um recorte temporal do período oitocentista em Goiás, Dourado e Padovan, abordam no texto *Os profissionais da Educação: os inspetores de ensino e os professores das escolas de instrução primária no Norte de Goiás*, as políticas de formação para efetivação de inspetores e professores, assim como a representação das práticas destes profissionais juntamente com a materialização das escolas primárias no então Norte de Goiás. Região que hoje é o Estado do

Tocantins. Recorrendo a fontes como a legislação escolar imperial, registros de parlamentares e outros documentos oficiais as autoras ressaltam as práticas diversificadas de resistências, desencontros, percalços e alcances do ensino elementar, diante da propagação da ordem e da civilidade ditadas pelo governo monárquico na segunda metade do século XIX.

Ainda sobre o ensino primário em Goiás, já no período republicano, Alves e Pinto, no texto *Escola primária e política republicana em Goiás (1891-1959)*, abordam, primeiramente, alguns aspectos da escolarização primária goiana desde os primeiros momentos após a instauração da República. Em seguida, destacam os anos trinta como integrantes de um movimento de expansão e renovação educacional iniciado ainda na Primeira República. As fontes históricas que possibilitaram as leituras da história da escola primária em Goiás, no recorte temporal proposto, são os relatórios e mensagens dos governantes e outras autoridades goianas, além da imprensa, jornais e revistas da época. Dialogando com o campo teórico e historiográfico produzido por estudiosos brasileiros e goianos, o texto oferece uma visão panorâmica dos rumos da escola primária em Goiás, contribuindo para o alargamento e compreensão dos escassos estudos do tema, além de suscitar maior interesse pela temática.

Por fim, deixamos aqui, resultados de pesquisas concluídas ou em andamento que permitem reflexões e análises pertinentes e necessárias àqueles que se debruçam na cotidiana tarefa de promover uma educação como bem público, de qualidade socialmente referenciada e capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos aos quais se destina. Acreditamos em uma educação que alcance a sociedade no sentido de transformá-la, de desconstruí-la e reconstruí-la sob os pilares da justiça social e da igualdade de oportunidades a todas as pessoas, na contramão dos valores do mundo contemporâneo que induzem os processos educativos a reforçar o individualismo e a acumulação capitalista como paradigmas de um mundo padronizado, homogeneizado e culturalmente globalizado.

*Diane Valdez
Lúcia Maria de Assis*